

Síndrome do boi manhoso

EDUARDO BRITO

Deve-se ao senador Ney Maranhão, aquele mesmo da emenda que permite a reeleição de presidentes, a introdução do conceito **do boi manhoso** no Congresso Nacional. Boi manhoso, ensina o senador — por sinal um grande pecuarista na região pernambucana de Moreno — é o que se faz de rebelde, de arisco, mas — se bem tratado, agradado, mimado mesmo, acaba por revelar mansidão e apego à mão que o afaga.

O Congresso, diz ele, está cheio de bois manhosos. Tudo bem, há a oposição mais feroz, a ideológica, a irredutível, como há também os governistas estruturais, os que têm ligações de origem com a situação vi gente. Entre cada um dos extremos estão os **bois manhosos**, a que se deve tratar com atenção e carinho para que se incorporem à caravana.

As últimas reuniões dos líderes de bancadas ligadas ao Governo, presentes o ministro da Justiça e outras autoridades do Executivo, mostraram preocupação generalizada a respeito desse tratamento. Não se usou a expressão pecuária que o senador pernambucano gosta de lembrar, mas todo mundo estava pensando justamente nesse problema. E é por aí que podem surgir dificuldades para o Governo em suas relações com o Congresso.

Os parlamentares, de modo generalizado, têm obtido poucos afagos. O líder de uma das mais importantes bancadas governistas, aliás muito bem tratado por José Sarney durante o quinquênio anterior, costuma informar que da atual administração só conseguiu uma coisa: a demissão da irmã, outrora incrustada na burocracia estatal. Se isso acontece com um líder, e um líder importante, imagine-se com os demais.

Seria exagero dizer-se que o Congresso é todo fisiológico. Mas é inegável também que

a fisiologia existe e tem seu peso. Se um governo se torna impopular, mais razões terá para tratar bem as bases parlamentares, como bem podem comprovar vários ministros do período Sarney.

Consciente de uma legitimidade obtida nas urnas, o governo Collor tem-se mostrado bem menos carinhoso. Antes, pelo contrário, acaba de eliminar mais um valioso instrumento de cooptação, a longa lista de cargos de representantes da Previdência que constituía a herança do Funrural. Não é à toa que fica difícil exigir, nem se diga o voto nas decisões tomadas em plenário, mas sacrifício mesmo.

É o que acontece agora com os próprios líderes. As principais propostas de articulação colocadas na mesa pelo Governo — como o bloco parlamentar ou a fusão de partidos — implicam que um ou mais líderes abram mão de suas prerrogativas. Eles deixariam não só o carro oficial, mas também a participação nas decisões sobre tramitação de projetos, o poder de indicar os membros de comissões, a faculdade de usar da palavra quando bem entenderem, o valioso papel de interlocutor da bancada perante o próprio Governo. A simples disciplina doutrinária não parece compensar o sacrifício e não é sem causa que todas essas fórmulas para estimular a maioria ameaçam naufragar antes mesmo de terminarem a gestão.

Ainda por cima, não é só no Congresso que se encontram bois manhosos. Eles aparecem em todos os segmentos da comunidade. Surgem entre os empresários, onde a atenção pode transformar um ferrabrés incendiário em ascendente e mudo exportador. Entre os sindicalistas. Até entre grupos religiosos, o Dentel que o diga. Tudo isso, porém, depende antes de mais nada da capacidade de negociação e da disposição para negociar.